

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1949-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARILANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Banho de sangue na Baixada Santista



Se a operação para vingar a morte de 3 policiais tinha como objetivo matar o maior número de pessoas, é um sucesso; se ideia era pegar os assassinos e melhorar a segurança, é um fracasso

Desde o fim de julho de 2023, quando a Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo deflagrou a chamada Operação Escudo na Baixada Santista, cerca de 60 pessoas foram mortas por intervenção policial na região. Está-se diante da mais sangrenta ação da Polícia Militar (PM) paulista em mais de três décadas. E o número de suspeitos mortos pela PM pode ser maior, haja vista que o governador Tarcísio de Freitas tem tratado com pouca transparência essas ocorrências, particularmente o

secretário estadual de Segurança Pública, Guilherme Derrite. Ademais, o artil de alguns maus policiais – que destroem câmeras de vigilância nas ruas, deixam de usar as *bodycams* ou desativam os equipamentos durante as incursões – dificulta a devida investigação das circunstâncias das mortes provocadas pelos agentes do Estado.

A violência policial na Baixada Santista, sobretudo nas cidades de Santos e Guarujá, recrudescer após a morte em serviço do soldado Patrick Bastos Reis, das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), no dia 27 de julho de

2023. Na primeira fase, digamos assim, da Operação Escudo, entre os dias 28 de julho e 9 de setembro do ano passado, 28 pessoas foram mortas pela PM naqueles municípios. Neste ano, após a morte de mais dois policiais na região, o secretário Derrite ampliou o escopo da chamada Operação Verão, que tradicionalmente reforça o policiamento no litoral paulista durante o período de férias, para tentar capturar os criminosos que mataram os agentes.

Nessa espécie de segunda fase da Operação Escudo, iniciada em fins de janeiro, já se contabilizam mais de 30 mortes por intervenção policial. Ou seja, em 2024, a PM paulista precisou de bem menos tempo para matar ainda mais suspeitos de terem atacado os policiais na Baixada Santista – e sem obter resultados concretos, pois os autores dos homicídios dos policiais ainda não foram identificados nem capturados.

A matança promovida pela PM no litoral paulista motivou o procurador-geral de Justiça de São Paulo, Mário Luiz Sarubbo, a criar uma equipe de trabalho para “acompanhar a situação emergencial na Baixada Santista e assegurar a efetividade do controle externo da atividade policial”. A resolução de Sarubbo está amparada por uma normativa do Conselho Superior do Ministério Público que autoriza a criação de forças-tarefa desse tipo com o propósito de investigar crimes que envolvam letalidade e vitimização policiais. Sarubbo justificou a criação do grupo de trabalho no Ministério Público de São Paulo (MP-SP) tendo em vista o assassinato dos três agentes públicos e a “quantidade expressiva de ocorrên-

cias” decorrentes de atuação policial.

Tem razão o chefe do MP-SP, que em breve assumirá o cargo de secretário de Segurança Pública do Ministério da Justiça. De fato, há algo muito errado em uma intervenção policial contínua, a despeito dos diferentes nomes que essas incursões da PM na Baixada Santista possam ter, que termina com um número tão alto de mortes. Volume de sangue derramado não é indicador de sucesso de atividade policial. Não em um país civilizado. Decerto esse resultado pode excitar os que veem os policiais como agentes armados autorizados a praticar qualquer barbaridade supostamente em defesa da lei e da ordem. Mas o Brasil é um Estado Democrático de Direito. Portanto, seus agentes armados não têm licença para agir por vingança, a pretexto do que quer que seja. Uma força policial que age à margem da lei nada mais é que uma milícia armada sem controle do Estado. Nesse sentido, cabe perguntar: até quando o governador Tarcísio de Freitas permitirá que uma parte da polícia sob seu comando siga movida a desforra?

Como em qualquer área da administração pública, as políticas públicas voltadas ao combate à criminalidade devem ser técnicas, no sentido de serem consubstanciadas por evidências e ações de inteligência, e rigorosamente legais. O Estado, como detentor do monopólio da violência, não é vingador. Os policiais que são treinados e armados em seu nome para agir de acordo com as leis, mas delas se desviam, deixam de ser policiais e passam a ser bandidos.●

O passeio de Lula na África

É desanimador que, desde os anos 70, o País siga desperdiçando negócios de amplo interesse nacional na África; em recente visita, Lula provou que de lá quer só o eco a suas ambições internacionais

O presidente Lula da Silva não mencionou a palavra “comércio” ao discursar aos líderes da União Africana reunidos na Etiópia, no último dia 17. Preferiu fazer um chamado para a organização integrar o G-20, presidido pelo Brasil neste ano sob o pilar do combate à fome, e atrair-lhes para os objetivos da agenda de transição energética e digital do Sul Global. O ativismo pela mudança da ordem mundial prevaleceu, em sua fala, sobre o melhor interesse nacional no aprofundamento da relação econômico-comercial entre os dois lados do Atlântico. Embarcou para o Egito e a Etiópia sem entender o atual contexto africano e seu potencial. De lá, retornou sem ter apresentado um plano estratégico – nem ao mesmo um esboço sobre co-

mo retomar a intensidade que o comércio Brasil-África um dia já teve.

O Brasil visivelmente perdeu terreno no outro lado do Atlântico, depois do impulso nos dois primeiros mandatos de Lula da Silva. Se em 2012 as exportações brasileiras para a África representaram 5% do total de embarques do País, em 2023 houve recuo para 3,9%. Na outra mão não foi diferente. A participação de bens africanos no total importado pelo País minguou em 2,5 pontos percentuais. Com ambos os protagonistas mais interessados em atender à demanda da China, o intercâmbio comercial não chegou a US\$ 25 bilhões no ano passado. Lula provou estar ciente do declínio do comércio Brasil-África – ou não teria mencionado à imprensa, ainda em Adis Abeba, a queda substancial nas trocas de bens

brasileiros com a Nigéria. Mas, diante do quadro desalentador, repetiu sua velha panaceia: transformar os poucos diplomatas brasileiros no continente em mascates.

Com todas as suas mazelas e conflitos, a população, a economia e a renda da África crescem, ao contrário de outras regiões do globo, e contribuem para que, até 2030, o consumo aumente em US\$ 3 trilhões no continente, segundo estudo da consultoria McKinsey. O impulso econômico da região na última década foi alavancado, sobretudo, por investimentos da China. Embora tardia, atualmente há convicção na maioria das nações africanas que a parceria com Pequim não passava de uma armadilha. Resultou na dívida total de US\$ 170,1 bilhões de 49 dos 54 países da região, cobrada com métodos de agiotagem, na alta dependência do comércio chinês e no risco de inadimplência.

Tal contexto abre uma nova dimensão para a aproximação do Brasil com a África que, aparentemente, Lula da Silva não parece enxergar. Não se trata de despejar nos países africanos volumes de investimentos públicos que o Brasil mal consegue destinar a seus setores. Basta ao governo readequar seus instrumentos de *soft power*, aproveitar políticas públicas já existentes, como os incentivos da Nova Indústria Brasil, e reestruturar as redes de financiamento e de seguro para alavancar a

presença do empresariado nacional na África com menores riscos. Essencialmente, é preciso estimular o setor privado, ausente na comitiva presidencial no Egito e na Etiópia, a prospectar negócios e estabelecer elos por suas próprias pernas.

Os acordos assinados pelo governo brasileiro com o Egito e a Etiópia evidenciaram sua incapacidade de avaliar o potencial econômico-comercial da África nas próximas décadas e de oferecer o que já está à disposição. A cooperação em educação, agricultura, ciência e tecnologia e saúde obviamente tem seu valor na estratégia política e pode desdobrar-se em futuros negócios, mas nada que se compare aos resultados de uma consistente ofensiva comercial.

É desanimador observar que, desde os anos 1970, o Brasil tenha desperdiçado parcerias longevas e com alto potencial de atender aos interesses nacionais na África para lá buscar apenas o eco a suas ambições na seara política global. Lula da Silva apostou em demasia no seu carisma, um elemento importante nas suas visitas do passado ao continente, e em propostas retóricas e sem fundamento. Esqueceu-se de que a África não é mais a mesma de 20 anos atrás – isto é, não será o mesmo pé de sua ambição internacional nem cativa de sua retórica terceiro-mundista.●